

Sessão 4

Políticas de protecção social para a coesão social e o desenvolvimento económico

Pontos para o Ministro Tomada

O Ministro Tomada ouviu os seguintes “Ecos” durante as apresentações e o debate sobre protecção social:

- 1) A protecção social é um direito humano para todos. Essa é a base ética dos sistemas de segurança social nacionais. Mas a segurança social não é só um direito humano, mas também uma necessidade social e económica. Num contexto de globalização, as economias nacionais não podem funcionar sem um sistema de segurança social que ofereça o nível básico de segurança aos residentes e trabalhadores e que ajude a aceitar a flexibilidade que a globalização exige.
- 2) A Segurança Social
 - Facilita a inclusão social
 - Promove o crescimento económico
 - Ajuda a erradicar a pobreza
 - Fortalece a democracia

É assim um elemento indispensável das estratégias de desenvolvimento nacionais.

- 3) Os ataques que a segurança social sofreu em muitos países durante as últimas décadas foram mais ataques a prioridades e a uma estrutura errada do que foram fundados em evidências objectivas contra transferências sociais e subsídios da segurança social como princípio.
- 4) Existe agora um novo consenso de que a necessidade social e económica de segurança social deve ser traduzida numa base social universal. O papel da OIT é listar um conjunto de subsídios essenciais que possam ser considerados como componentes da segurança social da base social, que podem ser utilizados como ponto de partida do debate.
- 5) O exemplo da Índia e do Brasil mostra que os níveis sociais de segurança social são sustentáveis em paralelo com o rápido desenvolvimento económico. O exemplo da Argentina mostra que os mecanismos de protecção social podem até ser necessários para permitir que um país ultrapasse rapidamente choques económicos. Até a OCDE reconhece que as economias mais bem-sucedidas e mais abertas têm os estados-providência (*welfare state*) mais abrangentes.
- 6) Enquanto os sistemas de segurança social são considerados sustentáveis em qualquer fase do desenvolvimento económico, existe algum debate quanto às prioridades dos benefícios, i.e., entre gastar nos mais idosos ou gastar nos mais jovens. Este é provavelmente um dilema com menor importância nos países em desenvolvimento, em que todas as prestações pecuniárias são capazes de beneficiar todas as gerações dos agregados familiares. Nos países da OCDE, a necessidade de crescimento económico pode exigir uma reorientação dos

gastos relativamente às gerações mais novas. Contudo esta não foi uma questão consensual.

- 7) A base social pode ser considerada como um elemento largamente reconhecido da agenda para o trabalho digno.